



## Vazamento de petróleo foi erro da Chevron, segundo a ANP

Para a Agência Nacional do Petróleo, tanto o vazamento ocorrido em novembro quanto o detectado na semana passada, ambos na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, são resultado da má avaliação nos procedimentos de exploração; assunto foi debatido ontem em audiência no Senado



Lin de Paula/Agência Senado

Debate contou com Silvio Jablonski (ANP), Eduardo Oliveira (MPF), Rodrigo Rollemberg (presidente da CMA), Marcelo Amorim (Ibama) e Rafael Williamson (Chevron)

O assessor da ANP Silvio Jablonski disse em debate promovido pela Comissão de Meio Ambiente que, apesar de ainda não se saber o motivo do segundo vazamento, a situação está controlada. Já o procurador do Ministério Público Federal Eduardo Oliveira afirmou que o descumprimento da legislação ambiental motivou o pedido de indenização de R\$ 20 bilhões. Representante da Chevron Brasil, Rafael Williamson negou que tenha havido negligência da empresa. **4**

## Debate critica fiscalização de agrotóxicos

Brasileiros estão sob risco de receber alimentos contaminados porque falta coordenação entre ministérios e órgãos

responsáveis pelo monitoramento da produção até o consumidor, disseram especialistas na Comissão de Agricultura. **5**



Jonas Oliveira/Agência de Notícias do Paraná

Na área rural, o monitoramento do uso de agrotóxicos é responsabilidade do Ministério da Agricultura



José Cruz/Agência Senado

Collor, ao lado de Randolfe, cumprimenta Suplicy (D), autor dos requerimentos

## Comissão decide pedir aos EUA o fim do bloqueio econômico a Cuba

No entanto, a CRE rejeitou proposta de pedir a Cuba que permita a saída

e a volta de seus cidadãos ao país e a libertação de prisioneiros políticos. **11**

Porte de arma para servidor que trabalha sob risco é polêmico **12**

Com discursos, senadores festejam Dia Mundial da Água **3**

Anatel: checagem de qualidade da banda larga é evolução **7**

Comissão aumenta mercado interno para zonas de exportação **8**

Ferrovias que ligam Goiás a Rondônia começará a ser feita em 2013, diz Valec **6**



Genaldio Magela/Agência Senado

Ao lado de Marta Suplicy, Cyro Miranda (C) dirige reunião com Jacy Afonso (CUT), Paulo Furtado (MTE) e Flávio Azevedo (CNI)

CUT pede divisão de rendimentos do FGTS entre trabalhadores **9**

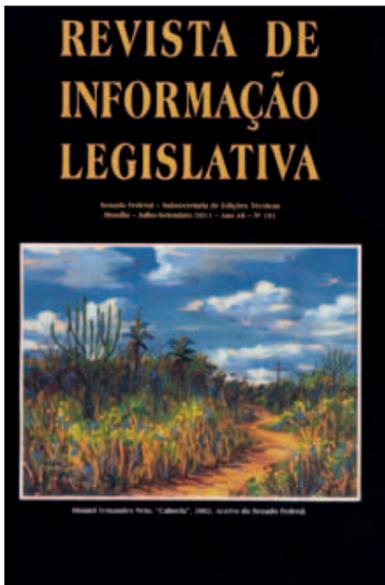
Revista de Informação Legislativa circula ininterruptamente desde 1964. Com o tempo, agregou a colaboração de parlamentares, professores universitários, consultores e juristas de renome

# Revista do Senado avança em avaliação da Capes

A REVISTA DE Informação Legislativa (RIL), editada pelo Senado, alcançou neste ano a classificação A2 na área de Direito. Essa é a segunda nota mais alta na avaliação de veículos de divulgação científica pelo sistema Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com periodicidade trimestral, a RIL é composta por artigos científicos sobre grandes temas em discussão no Senado e na sociedade. A cada edição são publicados entre 25 e 30 artigos, enviados por colaboradores, especialmente nas áreas de Ciência Política, Direito e Relações Internacionais. Os textos são selecionados por uma equipe do Senado, sem a identificação dos autores.

Publicada desde 1964, a RIL é a revista com circulação ininterrupta mais antiga do país. A obra deu sequência a uma série de trabalhos que vi-



Reprodução publicação científica. As obras estão disponíveis para consulta em bibliotecas públicas e podem ser adquiridas na livraria do Senado ([www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)). Assinaturas podem ser feitas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br). Um ano depois da publicação impressa, o conteúdo também é disponibilizado gratuitamente em forma digital na Biblioteca do Senado ([www.senado.gov.br/biblioteca](http://www.senado.gov.br/biblioteca)).

## Para publicar

Interessados em publicar artigos na revista devem enviar um e-mail para [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) e solicitar o formulário com as instruções e o modelo de autorização para publicação e divulgação na internet. Os textos devem ser inéditos e ter aproximadamente 25 laudas. Os autores das obras publicadas ganham dois anos de assinatura, além de 50 exemplares de separatas de seu artigo.

nham sendo realizados desde o ano anterior, com a criação do Serviço de Informação Legislativa. No início, os textos eram feitos por funcionários da Casa, mas, com o tempo, surgiu a colaboração de parlamentares, professores universitários, consultores e juristas de renome. A alta qualidade dos artigos conferiu à revista o caráter de

## Equidade de gênero e raça é tema de debate

O Senado realizou ontem, no auditório do Interlegis, mesa-redonda para debater a igualdade de gênero e de raça nas instituições públicas. O evento foi aberto pela 1ª vice-presidente da Casa, Marta Suplicy (PT-SP), ao lado da diretora-geral, Doris Peixoto, e da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Marta Suplicy disse que, embora as mulheres, na média, tenham hoje maior grau de escolaridade do que os homens, sua presença no mercado de trabalho e seus salários não aumentaram. Ela ressaltou a importância de as mulheres ocuparem, no poder público, mais posições de poder.

— Este é um trabalho que vai mudar o Senado. Não adianta ficar só no diagnóstico. Estamos fazendo isso para acontecer — afirmou.

Lourdes Maria Bandeira, secretária-adjunta de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, afirmou que o êxito do trabalho para a equiparação social entre os gêneros e as raças depende de iniciativas federais, estaduais e municipais.

Edson Cardoso, assessor da Secretaria de Igualdade Racial, defendeu a ideia da responsabilidade coletiva pela discriminação. A secretária de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Josefina Serra, falou sobre as segregações raciais na infância.



Entre Doris Peixoto e Claudia Lyra, Marta ressaltou ações de equidade no Senado

## Seminário discute novas regras para o FPE

O Núcleo de Estudos e Pesquisas, ligado às consultorias Legislativa e de Orçamento do Senado, realizou ontem seminário sobre a nova regulamentação do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Em palestra de pouco mais de duas horas, o consultor legislativo Carlos Alexandre Amorim Rocha relatou os

cenários possíveis para as novas regras de rateio do fundo, uma vez que as atuais, que devem vigorar até o final do ano, foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na decisão, o tribunal entendeu que os coeficientes atuais para distribuição do fundo, por serem fixos, não promovem

o equilíbrio socioeconômico entre os estados, como manda a Constituição.

Além de explicar as normas da legislação em vigor e os aspectos questionados pelo Supremo, o consultor comentou os projetos em tramitação no Congresso sobre o assunto, falando sobre sua viabilidade econômica e política.

## Definidos nomes para o Projeto Jovem Senador 2012

Foram designados pela Presidência os oito senadores que acompanharão o Projeto Jovem Senador em 2012. Durante a convivência com os estudantes do projeto, os parlamentares mostrarão como funcionam os trabalhos na Casa.

O projeto integra o Programa Senado Jovem, criado pela Resolução 42/10, que permite que estudantes conheçam o processo legislativo.

Os participantes, um de cada unidade da Federação, são escolhidos por meio de concurso de redação. Os estudantes têm entre 16 e 19 anos e cursam os últimos anos do ensino médio em escolas públicas. Como prêmio, conquistam o direito de atuar como senadores, elaborando proposições, em um “mandato” de três dias.

A comissão será composta por Cyro Miranda (PSDB-GO), João Vicente Claudino (PTB-PI), Vicentinho Alves (PR-TO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Kátia Abreu (PSD-TO) e Paulo Davim (PV-RN).

## Conselho para medalha tem dez senadores

O senador Paulo Paim (PT-RS), ao presidir a sessão plenária, anunciou os integrantes do Conselho de Direitos Humanos Dom Helder Câmara. Composto por integrantes de diversos partidos com representação na Casa, o órgão entrega anualmente comenda de mesmo nome a pessoas que se distinguiram na defesa dos direitos humanos.

### COMPOSIÇÃO

PT	Humberto Costa (PE)
PSDB	Cícero Lucena (PB)
PTB	Gim Argello (DF)
PR	Vicentinho Alves (TO)
PDT	Cristovam Buarque (DF)
PCdoB	Inácio Arruda (CE)
PSOL	Randolfe Rodrigues (AP)
PRB	Eduardo Lopes (RJ)
PSD	Sérgio Petecão (AC)
PV	Paulo Davim (RN)

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h25 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Plenário Sessão para debates

9h A sessão não deliberativa de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

### Código Penal Crimes contra a administração pública

9h A comissão de reforma do Código Penal promove audiência pública, no Tribunal Superior do Trabalho, para debater o capítulo “Dos crimes contra a administração pública”.

### CRA Assistência técnica e extensão rural

14h Audiência pública sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, o acesso a tecnologias e as ações de assistência técnica no Programa Brasil sem Miséria nas organizações produtivas para o desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária teve representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, entre outros.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Dia da Água orienta discursos no Senado

Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu que o dia 22 de março seria o Dia Mundial da Água. O objetivo era despertar a consciência mundial de que muitas regiões do planeta ainda não têm acesso

a água potável e de que se trata de um recurso finito, que precisa ser protegido. Ontem, no Dia Mundial da Água, senadores discursaram sobre o tema. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que há pessoas que ainda ignoram que a

água é um recurso finito. Sérgio Souza (PMDB-PR) lembrou que, no mundo, há mais pessoas com celular do que com acesso a água potável. Neste mês, o Senado enviou uma delegação à França, para o 6º Fórum Mundial da Água.



Jorge Viana: 800 milhões sem água

## Viana diz que é preciso "democratizar acesso" à água no mundo

Em discurso, Jorge Viana (PT-AC) ressaltou que mais de 800 milhões de pessoas não têm acesso a água potável no mundo. Para ele, é necessário não apenas cuidar desse recurso finito, mas também democratizar o acesso.

— Felizmente, temos muitos cidadãos em todos os países preocupados com o uso desse recurso, com o acesso a esse recurso, que é a água — disse Viana, que participou do Fórum Mundial da Água, na França, na semana passada.

— A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável.

## "As pessoas pensam que a água não acaba nunca", diz Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou das comemorações do Dia Mundial da Floresta (21 de março) e do Dia Mundial da Água (22 de março) e lembrou que na Amazônia estão a maior floresta e a maior concentração de água doce do planeta.

— O Dia Mundial da Água é destinado à discussão sobre esse bem natural, que é finito. As pessoas pensam que água não acaba nunca. Se ela não for cuidada devidamente, com toda a cautela de que precisa, poderemos sim viver a falta de água no planeta como um todo.

Vanessa lembrou que o Dia da Água foi criado pela ONU em 1992.



Vanessa Grazziotin: conscientização

## Para Davim, desafio é levar água às regiões que mais precisam

O senador Paulo Davim (PV-RN) disse que o combate à escassez de recursos hídricos no Brasil requer planejamento dos órgãos governamentais — estaduais e municipais —, de modo que se desenvolvam técnicas para um melhor aproveitamento da água e estratégias para uma maior consciência da população.

O senador observou que, apesar de o Brasil ser privilegiado — tem 12% da água doce do planeta, o maior rio do mundo e grandes aquíferos —, a grande distância desses recursos para as áreas mais populosas representa um desafio.

— Onde tem mais água, na Amazônia, vivem menos pessoas. Menos de 10% da população. Estima-se que a minha região, o Nordeste, comporta apenas 3% da água existente no país. O que inevitavelmente é demonstrado pelo sofrimento dos nordestinos nas secas — afirmou o senador.



Casildo Maldaner: água subterrânea

## Casildo aponta falta de cuidado com aquíferos e pede ação da União

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu um novo modelo de gestão dos aquíferos no país. Para o senador, as reservas subterrâneas de água que se encontram em mais de um estado deveriam ser geridas de forma compartilhada com União. Outra opção seria transferir para a União a função, que atualmente é dos estados.

— Não podemos nos omitir, sob pena de sermos julgados pela história. É possível desenvolvermos um processo de planejamento mais participativo, sustentável, cuidadoso e confiável para o futuro desse tesouro.

O senador falou da importância do aquífero Guarani, a maior reserva subterrânea de água do país.



Sérgio Souza: dados mundiais

## "Acesso a celular é mais fácil do que a água", afirma Souza

A participação do Senado no 6º Fórum Mundial da Água, realizado neste mês, na França, foi citada pelo senador Sérgio Souza (PMDB-PR) em discurso.

Presidente da Subcomissão Permanente da Água, ele integrou a delegação do Senado que viajou a Marselha para discutir o uso racional da água.

Sérgio Souza trouxe do fórum dados importantes, como a constatação de que existem no planeta mais pessoas com celular do que com acesso a água. Outra informação é que 50% da população mundial têm acesso à água de maneira subsidiada e os outros 50% pagam caro por ela.

Ele lembrou que o Brasil é candidato a sediar o 8º Fórum Mundial da Água, em 2018. A próxima edição, em 2015, será na Coreia do Sul.

Sérgio Souza relatou a realização, durante o fórum, da conferência parlamentar Tempo para Soluções, um encontro de parlamentares do mundo inteiro para discutir a contribuição do Legislativo para o melhor uso e a preservação de recursos hídricos.

Ao final da conferência, os parlamentares assinaram um documento com 15 pontos. Entre eles, a prioridade a políticas públicas de recursos hídricos, investimentos em saneamento básico e tratamento da água residual, cooperação entre países que compartilhem de um mesmo recurso hídrico e promoção de desenvolvimento agrícola, industrial e urbano sob a óptica da preservação da água.

## Lídice anuncia convênios para amenizar seca na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou a assinatura de convênios do governo federal com a Bahia para a construção de sistemas coletivos de abastecimento de água em municípios atingidos pela seca.

A senadora informou que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, visitará Salvador no início da semana que vem para a assinatura desses convênios. O montante de recursos a serem aplicados até 2013, conforme a promessa do governo, é de R\$ 167 milhões.

— Os beneficiados serão os assentados e os produtores rurais da Bahia. Será garantido consumo humano de água. Quero saudar essa iniciativa. O enfrentamento das consequências da seca necessita de medidas mais prementes e consequentes — disse.

A senadora lembrou que no dia 22 de março de 1992 a ONU lançou a Declaração Universal dos Direitos da Água, com o objetivo de conscientizar o mundo.



Sérgio Petecão: partida beneficente

## Petecão divulga jogo de futebol pelas vítimas das enchentes no Acre

Em discurso, Sérgio Petecão (PSD-AC) informou que o evento beneficente Futebol Solidarietà foi remarcado e acontecerá na próxima quinta-feira, no Estádio Florestão, em Rio Branco.

O evento reunirá deputados e senadores em um jogo de futebol que arrecadará recursos e doações para a população atingida pelas enchentes no Acre, explicou. Petecão disse que normalmente organiza esses jogos com parlamentares em vários estados para arrecadar ajuda para as Apaes.

Entre os convidados para o jogo em Rio Branco, informou Petecão, estão os deputados Romário (PSB-RJ), Tiririca (PR-SP) e Acilino Popó (PRB-BA), entre outros.



Rodrigo Rollemberg: responsabilidade

## Rollemberg lembra distribuição desigual da água no Brasil

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que integrou a delegação do Senado no 6º Fórum Mundial da Água, na França, falou da responsabilidade do Brasil nessa tema.

— Hoje uma parcela significativa da população mundial não tem acesso à água de qualidade. Um país como o Brasil, que tem 12% da água doce do planeta, tem uma responsabilidade imensa. Essa água está mal distribuída: temos muita na região amazônica, com baixa concentração populacional, e escassez em regiões como o Nordeste, com boa concentração populacional. Isso só aumenta nossa responsabilidade sobre a boa gestão dos recursos hídricos.

## Suplicy quer Leonardo Boff em ciclo de debates sobre a Rio+20

Um artigo de Leonardo Boff publicado esta semana foi citado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) como uma importante reflexão para a Conferência Rio+20, a ser realizada no Rio de Janeiro em junho. Intitulado "Maximização versus otimização", o texto fala dos efeitos nocivos do consumo desenfreado no homem e no planeta.

— O seu artigo nos faz lembrar também aquilo que Paul Davidson e seu filho Greg Davidson falam, que nós devemos levar em consideração, na hora de tomar decisões sobre instrumentos de política econômica, não simplesmente a busca do bem-estar para si próprio, mas também aqueles outros valores como a busca da ética, da solidariedade, do amor, da fraternidade, da liberdade, da democracia — avaliou Suplicy.

O senador sugeriu à Comissão de Relações Exteriores (CRE) convidar Boff a participar das mesas-redondas que o Senado fará sobre a Rio+20.



Embarcação trabalha na contenção de óleo vazado no Campo do Frade, ano passado: relatório final da ANP sobre acidente deve ficar pronto no mês que vem

## Erro da Chevron causou vazamento de petróleo em 2011, afirma ANP

Agência Nacional do Petróleo diz que ainda não há explicação para o segundo vazamento na Bacia de Campos, ocorrido neste mês

PARA A AGÊNCIA Nacional do Petróleo (ANP), os vazamentos ocorridos no Campo do Frade, na Bacia de Campos (RJ), em novembro de 2011, deveriam-se a erros da multinacional Chevron na avaliação nos procedimentos de exploração de petróleo.

A situação, porém, está controlada, de acordo com Silvio Jablonski, assessor da presidência da ANP, que participou ontem de uma audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A reunião debateu as causas e responsabilidades do vazamento de 3 mil barris de petróleo no mar no ano passado e sua possível relação com o vazamento detectado pela empresa na semana passada.

Segundo a ANP, ainda não há explicação para o segundo incidente. O relatório final da

agência com a análise do primeiro caso deve ficar pronto em abril.

Segundo Jablonski, a Chevron errou em relação ao risco operacional. O acidente poderia ter sido evitado caso o poço perfurado tivesse revestimento mais extenso. Por erro de cálculo, houve pressão excessiva do óleo e ruptura de parte da formação rochosa que não havia sido revestida.

Segundo ele, o vazamento iniciado em novembro já cessou e agora há apenas gotas saindo da formação rochosa.

### Alarmismo

Recentemente, disse Jablonski, observou-se a 3 quilômetros do poço um pequeno afundamento que aparentemente não se refletiu no reservatório, pois não houve aumento de pressão. O óleo que vazou e foi coletado na

superfície, ainda segundo ele, aparentemente não é o do mesmo reservatório.

Nesse novo caso, trabalhou-se com nove hipóteses, e o vazamento pode ser tanto resultante do anterior quanto de óleo que vazou por esse afundamento. O representante da ANP, entretanto, frisou que a situação não é catastrófica.

— O que queremos evitar é o alarmismo do tipo “uma fenda gigantesca vai engolir o Oceano Atlântico ou todo o petróleo vai vazar ali e vamos ficar sem nada”. Não é isso que está acontecendo.

Ele frisou a necessidade de esperar o relatório final sobre o primeiro incidente. Segundo ele, as medidas possíveis são aplicação de multa, assinatura de um termo de ajustamento de conduta, substituição da Chevron por outra empresa do consórcio de mesma qua-

lificação técnica ou rescisão do contrato.

O representante do Ministério Público Federal, procurador Eduardo Oliveira, afirmou que o vazamento iniciado em novembro ainda não cessou e que, portanto, há ligação entre um e outro. Ele disse que os derramamentos mostram que as empresas não estão preparadas para conter acidentes dessas proporções.

Segundo ele, houve descumprimento da legislação ambiental, o que justificaria o pedido de indenização de R\$ 20 bilhões. O procurador disse que, em outros países, é comum impor multas pesadas para compensar danos extensos e como instrumento pedagógico.

Para o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), houve negligência da Chevron e a ANP foi pouco rigorosa.

## Diretor diz que multinacional fez todos os estudos prévios

O diretor de assuntos corporativos da Chevron Brasil, Rafael Williamson, afirmou que o acidente de 2011, com a abertura de fendas, foi atípico e que a empresa fez todos os estudos necessários para a exploração. Ele negou que tenha

havido negligência.

O diretor lembrou que a Chevron suspendeu as atividades no poço por conta própria e que visa agora à proteção do meio ambiente, à segurança das pessoas e ao aprimoramento do conhecimento sobre

o Campo do Frade.

— Assumimos desde o primeiro momento a responsabilidade por tudo que acontece no Campo do Frade — declarou.

Ele reconheceu a necessidade de continuar melhorando os canais de comunicação com

a sociedade e disse que a empresa está buscando soluções técnicas e institucionais para prevenir incidentes como os ocorridos nos últimos meses.

Disse que monitoramentos apontam não ter havido danos ambientais extensos.

## Flexa Ribeiro aponta lentidão do governo para dimensionar vazamento de petróleo

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo federal por ainda não ter dimensionado o novo vazamento de petróleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos (RJ), identificado na semana passada.

Segundo ele, as primeiras investigações do Ministério Público e da Polícia Federal indicam que a exploração do campo vinha se dando de



forma temerária pela empresa Chevron.

— Cresce o temor por um desastre ambiental com acidentes em série escancarando o despreparo do Brasil. O país do pré-sal improvisa e ameaça novo vazamento no Campo do Frade.

Por ter 30% de participação na exploração da área, disse, a Petrobras também deve ser responsabilizada pelas ações que causaram o vazamento.

## Inácio Arruda homenageia nova diretora da ANP, Magda Chambriard, empossa quarta-feira

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) saudou a nova diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard, empossada quarta-feira. Ele fez apelo à nova diretora para que sejam agilizados os leilões de concessão em áreas do Norte e Nordeste.

O senador também registrou a abertura de exposição de



fotos na Câmara dos Deputados sobre o Partido Comunista do Brasil. E fez convite para a sessão solene pelos 90 anos do PCdoB.

Inácio enviou condolências ao povo brasileiro pelo falecimento em 16 de março, aos 87 anos, do geógrafo Aziz Ab'Sáber, uma “pessoa muito especial para o Brasil”. A biografia de Ab'Sáber foi destacada pelo senador.

## Comissão aprova cana-de-açúcar em área alterada da Amazônia

Projeto que autoriza o cultivo de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Pelo texto, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o plantio deve seguir as normas do Código Florestal brasileiro, além de se orientar por um conjunto de diretrizes que incluem o uso de tecnologia apropriada para a produção nessas áreas.

O autor do projeto (PLS 626/11) e o relator, Mozaildo Cavalcanti (PTB-RR), que opinou pela aprovação, condenaram a proibição do plantio de cana nessas áreas. A restrição, disseram, inibe o desenvolvimento dos nove estados que integram a Amazônia Legal, impedindo o acesso de seus habitantes a oportunidades de emprego e renda. De acordo com os senadores, a cultura poderá ser desenvolvida de forma segura para ao ambiente.

— Essa proibição não tem lógica. Ilógico seria derrubar a floresta para plantar cana, mas não estamos propondo isso. Temos suficientes áreas alteradas para que, usando tecnologia, possamos plantar — afirmou Flexa Ribeiro.

O projeto será ainda examinado por mais duas comissões.

## João Vicente quer revisão de critérios do Garantia-Safra

João Vicente Claudino (PTB-PI) cobrou a atualização do método utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para definir os municípios atingidos por secas que terão direito ao Garantia-Safra.

O benefício é um auxílio financeiro pago a agricultores da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) — Nordeste, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do Espírito Santo — que perdem a safra devido à seca ou ao excesso de chuva.

Para o senador, os dados históricos utilizados para determinar os municípios a serem beneficiados estão ultrapassados e não correspondem à realidade de muitas cidades do Piauí.



Iniciativas do governo para evitar contaminação de alimentos têm eficiência reduzida pela falta de coordenação, dizem especialistas em audiência da Comissão de Agricultura

# Debate vê falha na fiscalização de agrotóxicos

**FALHAS NA COORDENAÇÃO** do trabalho de órgãos da agricultura, saúde e meio ambiente responsáveis pelo monitoramento do uso de agrotóxicos no país reduzem a eficiência do governo em evitar que alimentos contaminados cheguem à mesa dos brasileiros. O problema foi apontado pelos participantes de audiência pública realizada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O Ministério da Agricultura faz o monitoramento da produção na área rural e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária analisa amostras dos alimentos comercializados no varejo. Os órgãos do Ministério do Meio Ambiente trabalham para impedir que haja contaminação de solo e de recursos hídricos.

O representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, Guilherme Guimarães, defendeu a centralização do processo de monitoramento, com a criação de um programa único federal.

A sugestão, no entanto, foi rejeitada por todos os representantes do governo. Falando em nome do Ministério da Saúde, Daniela Buosi ponderou que os órgãos que atuam no controle de agrotóxicos têm competências específicas, não sendo factível agrupar a ação de todos em um único programa. Ela, no entanto, defendeu a unificação das informações geradas.

— Um programa único para monitoramento é inviável, mas é importante que todos [os órgãos] coloquem seus pontos de vista e, ao final, se chegue a uma conclusão do que pode ser liberado — opinou.

Em resposta a Delcídio do Amaral (PT-MS), Daniela negou que haja divergências entre os órgãos, dizendo que o que ocorre são visões diferenciadas de acordo com o foco da saúde, agricultura ou meio ambiente.

A opinião foi compartilhada por Sérgio Oliveira, diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria do Ministério do Meio Ambiente. Para ela, o conjunto de enfoques no processo de monitoramento é essencial para garantir maior segurança aos brasileiros.



Daniela Buosi, do Ministério da Saúde, defende unificação das informações dos órgãos, ao lado de Sérgio Oliveira, Acir Gurgacz, Luís Rangel e Leandro Feijó

## Divulgação de análises da Anvisa sofre críticas

A forma de divulgação das análises feitas pela Anvisa em amostras de alimentos foi outro aspecto muito discutido. De 2002 a 2010, foram analisadas 14.712 amostras de produtos nas gôndolas dos supermercados, conforme disse o representante da agência, Luiz Claudio Meirelles.

Para Alécio Maróstica, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a agência deveria apontar os responsáveis quando identificar níveis inadequados de

agrotóxicos em determinada cultura, para evitar que os produtores da cultura tenham prejuízos com a divulgação.

— O produto tem que sair da propriedade com responsabilidade técnica e ela tem que estar na gôndola do supermercado — sugeriu.

Waldemir Moka (PMDB-MS) concordou com a proposta. Para ele, os agricultores têm compromisso com a produção de alimentos e querem produzir direito, seguindo a orientação técnica.

Luís Rangel, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, reconheceu que há falhas na comunicação das análises.

— Infelizmente não existe efetividade no trabalho que é feito. Temos nos esforçado para gerar informações, mas não temos conseguido ser competentes para comunicar essas informações científicas, razoáveis e com foco, e acabamos sendo vítimas de interpretações política-ideológica dos resultados — disse Rangel.



O monitoramento do uso de agrotóxicos na área rural é feito pelo Ministério da Agricultura, separadamente dos demais órgãos

## Brasil é o maior consumidor desde 2008

Cleber Folgado, representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, apontou como principal problema o consumo excessivo dos produtos. Ele ressaltou que, desde 2008, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, inclusive de produtos já proibidos em outros países.

— O Brasil está se tornando a maior lixeira tóxica do mundo — alertou o especialista.

Folgado considerou alarmante o ponto a que chegou, no Brasil, o consumo de produtos contaminados com

venenos contra pragas.

Karen Friedrich, da Fiocruz, falou sobre a gravidade dos casos de intoxicação alimentar. Ela disse que estão comprovados efeitos crônicos, após meses ou anos da exposição ao agrotóxico, como problemas nos sistemas cognitivo, motor e reprodutor, havendo ainda risco de aparecimento de câncer.

— Efeitos crônicos podem aparecer mesmo após exposição a pequenas doses de agrotóxicos — informou Karen, ao cobrar a ampliação da capacitação dos laborató-

rios e uma melhor atenção às populações expostas.

Na opinião de Leandro Feijó, representante do Ministério da Agricultura, o pequeno número de laboratórios para pesquisa de resíduos de agrotóxicos no país é um dos principais gargalos dos órgãos que atuam no setor.

Ao final da audiência, o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), informou que a comissão realizará outros debates com o propósito de identificar soluções para os problemas apontados na discussão de ontem.

## Gurgacz quer mais estrutura para os órgãos

Presidente da CRA, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou preocupação, em pronunciamento no Plenário, com a escassez de controle e orientação no uso de agrotóxicos no Brasil, tema da audiência realizada pela manhã.

Gurgacz ressaltou a importância dos defensivos agrícolas, que permitem produção em grande escala e são fundamentais para o modelo de agronegócio do Brasil, mas lamentou seus efeitos negativos para o equilíbrio ecológico e para a saúde humana.

— A discussão sobre o uso de agrotóxicos já rompeu os limites do setor agrícola e ganhou eco em toda a sociedade. É um tema que interessa a todos os brasileiros. Vamos continuar cobrando mais controle e fiscalização por parte dos órgãos governamentais.

Para o senador, os órgãos públicos precisam atuar de forma articulada. Ele também enfatiza a necessidade de o governo levar orientação que permita ao agricultor fornecer o melhor produto, além de proporcionar educação sanitária para guiar o uso de agrotóxicos respeitando a ecologia e preservando a saúde dos trabalhadores.

— Caminhamos para sermos o maior produtor de alimentos do planeta, mas precisamos construir essa liderança sobre bases sustentáveis.

Na opinião do parlamentar, é majoritária no agronegócio brasileiro a visão de que a lucratividade da agricultura resulta da oferta de produtos de qualidade.

Empresa pública responsável pelo empreendimento informa que trecho prioritário deverá ser concluído um ano após o previsto. TCU aponta falhas no projeto básico



Lúcia Vânia (C) preside a audiência, com Mário Dirani, do Dnit, Juliana, do TCU, Blairo Maggi e Saboia, presidente da Valec

## Obra da Ferrovia Centro-Oeste começa só em 2013

A FERROVIA DE Integração Centro-Oeste, que vai ligar Goiás a Rondônia, só vai começar a sair do papel em setembro de 2013. Esta é a data prevista para o início das obras, de acordo com José Eduardo Saboia Castello Branco, presidente da Valec, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes responsável pelo empreendimento.

Em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ontem, Saboia previu que o trecho prioritário da via, com cerca de mil quilômetros, entre Campinorte (GO) e Lucas do

Rio Verde (MT), deve ficar pronto 24 meses após o início das obras, ou seja, no fim de 2015, um ano depois do previsto. O custo inicial é estimado em R\$ 4,1 bilhões. O trecho restante de 600 quilômetros até Vilhena (RO) ainda não tem cronograma definido.

### Falhas técnicas

Uma série de falhas técnicas no projeto básico foi responsável pelo atraso, segundo Juliana Monteiro de Carvalho, secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU). Erros como ausência de detalhamento

de elementos estruturais de pontes e viadutos e falta de anotação de responsabilidade técnica (ART) foram detectados pelo órgão, que recomendou a interrupção do processo licitatório.

— Infelizmente, problemas de projeto são comuns e estão entre as mais frequentes causas de atraso em obras ferroviárias no país — constatou a secretária do TCU.

Juliana informou que o tribunal reconheceu os esforços da Valec para contornar os problemas do projeto básico após a mudança do comando da entidade no fim de 2011, quando José Eduardo Saboia assumiu a presidência. Com o sinal verde do órgão dado no início deste ano, o projeto executivo deve ser iniciado em junho.

— Foram resolvidos os problemas do projeto básico e agora partimos para o projeto executivo, que deve ficar pronto em junho de 2013. É um prazo bem factível, visto que dividimos em seis lotes de pouco mais de 150 quilômetros cada um. Então poderemos começar a obra em setembro de 2013 — explicou a representante do TCU.

## Senadores alertam para prejuízos que o atraso pode causar à região

A audiência, que foi conduzida pela presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), teve a participação de deputados, secretários e prefeitos de Mato Grosso. Os parlamentares mostraram preocupação com o atraso, ressaltando a importância da ferrovia para o Brasil e, principalmente, para a região Centro-Oeste.

Pedro Taques (PDT-MT) lamentou a “total incompetência da administração passada da Valec” por ter permitido tantas falhas no projeto básico e destacou o trabalho do Senado.

— Se continuarmos na lógica de apagar o fogo, vamos responsabilizar os órgãos de fiscalização toda vez que uma obra for parada. O controle tem que ser preventivo, e o Senado está cumprindo agora este papel — disse o senador.

Jayme Campos (DEM-MT) alertou para o fato de a obra ser longa e pediu prioridade do governo federal.

— Se o governo não der prioridade, daqui a 20 anos a Centro-Oeste não estará pronta e vai repetir o atraso da Ferrovia Norte-Sul. A expectativa dos mato-grossenses é muito grande. Espero realmente que o trabalho comece em 2013 — afirmou.

Blairo Maggi (PR-MT) lem-

brou que é importante definir também como a ferrovia vai ser operada depois de pronta.

O presidente da Valec defendeu um sistema semelhante ao usado atualmente na Europa Ocidental: a Valec faria a manutenção e venderia a capacidade de carga da via a operadores qualificados.

— Com isso, grandes produtores poderiam contratar ou operar sua própria frota e transportar a carga sem depender de ninguém. Hoje na União Europeia esse modelo é compulsório e foi adotado depois que o modal ferroviário começou a perder espaço para outros sistemas de transporte — explicou José Eduardo Saboia.

Valdir Raupp (PMDB-RO) reclamou do trajeto da via. Para ele, se a Centro-Oeste chegar apenas à cidade de Vilhena, o estado de Rondônia não será beneficiado.

— É preciso chegar até Porto Velho, ou não seremos nem um pouco beneficiados. Hoje a rodovia que liga a capital a Vilhena está em péssimo estado e não tem condições mais de ser usada para escoamento da produção. Como seremos a quinta economia do mundo com estradas esburacadas e ferrovias paradas? — indagou.

### Trajeto



Fonte: Ministério dos Transportes

## Alta produção de grãos e carne, mas com dificuldades de escoamento

Com 1.683 quilômetros de extensão, a ferrovia sairá de Campinorte (GO), cortará todo o Mato Grosso até chegar a Vilhena (RO), passando por 20 municípios, em uma região com alta produção de grãos e carne, mas com dificuldades logísticas para o escoamento da produção. Mato Grosso detém hoje

quase 10% da produção mundial de soja, com 20 milhões de toneladas por ano.

A Centro-Oeste faz parte de um projeto maior, que é a Ferrovia Transcontinental, que sairá do litoral norte do estado do Rio de Janeiro, cortando Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, até o Peru.

## Cide pode financiar habilitação de motoristas profissionais

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem projeto de lei que autoriza o uso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para financiar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para pessoas de baixa renda. Pelo texto (PLS 593/11), de Clésio Andrade (PMDB-MG), será atendido quem comprovar renda familiar mensal no valor máximo de R\$ 1.635.

A proposta, que segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê o benefício para condutores iniciantes na cate-

goria B (carros de passeio) e, para quem já seja habilitado, nas categorias profissionais C, D e E. Clésio afirma que as empresas do transporte

rodoviário de cargas estão encontrando dificuldades para encontrar motoristas habilitados. Para o senador, o fator determinante da escassez de

mão de obra são os elevados custos para a obtenção da habilitação, em torno de R\$ 1.500.

Clésio acrescenta que o uso dos recursos da Cide produzirá

“fortíssimo impacto, tirando da ociosidade, do subemprego ou desemprego pessoas que poderiam estar integradas ao processo produtivo”.

Para a relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto patrocina justiça social e, ao mesmo tempo, corrige problema que hoje traz prejuízos à economia nacional. A parlamentar, que atuou na relatoria como substituta de Paulo Paim (PT-RS), lembrou que a carência de mão de obra qualificada recai em setor estratégico para a cadeia de produção e circulação da riqueza do país.



A relatora Maria do Carmo Alves, ao lado de Lidice da Mata, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Dias e Flexa Ribeiro

Em audiência no Senado, representante da agência reguladora disse que contratação de empresa para aferir qualidade da internet no Brasil é “enorme evolução”



Milton Kaoru Kashiwakura, do Nic.br; Eduardo Levy, do Sinditelebrasil; Bruno Ramos, da Anatel; senador Walter Pinheiro; Demi Getschko, do CGI.br; e Luiz Eduardo Viotti, da PWC, participam de audiência

## Anatel elogia checagem de qualidade da banda larga

A ESCOLHA DE uma empresa para aferir a qualidade da banda larga no país é “uma enorme evolução” no processo de avaliação do serviço.

A afirmação foi feita pelo superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Bruno Ramos, durante a audiência pública promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), convocada para discutir a escolha dessa empresa para ser a entidade aferidora de qualidade (EAQ).

A consultoria PriceWaterhouseCoopers (PWC) foi a empresa vencedora da concorrência. Ela fará a aferição dos indicadores de garantia de taxa de transmissão instantânea e de garantia de taxa de transmissão média dos celulares e da internet. Será responsável pela coleta, o cálculo e a armazenagem dos indicadores. Também

lhe caberá a implementação de um *software* de medição da qualidade da banda larga.

O processo de seleção foi delegado pela Anatel ao Sinditelebrasil, sindicato patronal das empresas de telecomunicações. A decisão foi aprovada pelo Conselho Diretor da Anatel, em outubro do ano passado, quando anunciou o novo Regulamento de Gestão da Qualidade no Serviço de Comunicação Multimídia (Resolução Anatel 574/11).

— Antes, quem coletava os dados eram as próprias prestadoras de serviços. É uma enorme evolução a coleta dos indicadores estar fora das empresas — afirmou Ramos.

### Transparência

O representante da Anatel afirmou que a contratação de uma empresa para fornecer o serviço representa a melhor solução e o menor custo para colocar em prática as exigências determinadas no Regula-

mento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia.

— O procedimento de escolha da EAQ se pautou por uma criteriosa avaliação e pontuação em diversos aspectos das propostas apresentadas — disse.

Eduardo Levy, diretor executivo do Sinditelebrasil, afirmou que a PWC foi a empresa que reuniu as melhores condições técnicas, jurídicas, regulatórias e comerciais do processo seletivo. Disse ainda que a medição pela empresa vai conferir maior transparência e publicidade ao processo de aferição da qualidade da banda larga.

— A publicidade é uma forma de estímulo à competição. Estamos num mercado acostumado a uma competição ferrenha — assinalou Levy.

Hoje o Brasil tem mais de 63 milhões de pessoas com acesso à internet banda larga em casa ou no trabalho.

## Receber das operadoras não afeta nossa legitimidade, diz aferidor

O diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), Milton Kashiwakura, convidado para a audiência na CCT, questionou a qualidade do serviço contratado pelo Sinditelebrasil. Segundo ele, os requisitos técnicos da medição da PWC não permitem aferir a real capacidade da rede da operadora de se comunicar com a internet e as operadoras teriam capacidade de manipular os resultados.

— É difícil aceitar um *software* de medição que não atende ao que o regulamento está dizendo — afirmou Kashiwakura sobre o programa utilizado pela PWC para aferir a qualidade do serviço.

A Nic.br protocolou na Anatel pedido de revisão do processo de escolha da PWC para avaliar a banda larga.

Demi Getschko, do Comitê Gestor da Internet, registrou que o Nic.br já presta o

serviço que mede a velocidade da conexão com a internet dos usuários. O serviço é disponibilizado gratuitamente no *site* da Anatel.

Luiz Eduardo Viotti, representante da PWC, respondeu que a empresa é uma consultoria independente que atua em mais de 160 países e garantiu a legitimidade da aferição dos dados.

— Estamos há cem anos no Brasil. Somos pagos pelas operadoras, mas não para dar boas notícias — disse.

Na medição da velocidade de banda larga, Viotti explicou que a PWC conta com a parceria da Samknows, empresa com vasta experiência internacional. Disse ainda que a avaliação da qualidade está em fase de testes e assegurou que até novembro o processo estará plenamente adequado às resoluções da Anatel.

—E até lá teremos reuniões periódicas para garantir que o processo seja conduzido de forma aderente às resoluções.

## Senadores questionam processo seletivo e pedem atenção com o usuário

A audiência na CCT foi requerida pelos senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP), Gim Argello (PTB-DF) e Eduardo Braga (PMDB-AM), que questionaram o processo que selecionou a EAQ PriceWaterhouseCoopers (PWC).

Aloysio perguntou por que a escolha não foi conduzida pelo órgão regulador, a Anatel.

— Como é possível a seleção ter sido feita pelo Sinditelebrasil, uma entidade com fins lucrativos e relação de mercado com as firmas que serão avaliadas? — questionou.

O senador salientou que não duvidava da idoneidade da

PWC, mas estranhava o método escolhido pela Anatel para contratá-la. O superintendente da Anatel Bruno Ramos explicou que a EAQ é responsável apenas pela coleta de dados e apresentação de indicadores para avaliação da qualidade da banda larga, “mas a fiscalização continua cabendo à Anatel”.

— Não há conflito de interesses. A Anatel pode pedir a qualquer momento auditoria dos processos. Não existe transferência de possibilidade de fiscalização. A EAQ responde diretamente à Anatel com todos os relatórios — disse.

Braga e Walter Pinheiro

(PT-BA) disseram que o regulamento estabelecido pela Anatel é importante, mas que o essencial é considerar a qualidade percebida pelo usuário.

— Não pode haver grande disparidade entre o que é ofertado ao consumidor e a entrega — ressaltou Braga.

Para Pinheiro, a internet brasileira é como “uma estrada, uma infovia planejada para um determinado tráfego” e que está congestionada porque tem problemas estruturais.

— Se esse tráfego é atingido, mesmo se o sujeito estiver disponível lá na ponta, de outra área ele não pode falar.



Na CCT, Aloysio diz estranhar escolha ter sido conduzida pelo Sinditelebrasil

Segue para votação final proposta de flexibilizar a legislação para as zonas de processamento de exportação. Apesar da previsão de mais de 20 em todo o país, nenhuma foi implantada até hoje

## Avança projeto que visa impulsionar exportações

PARA TORNAR MAIS ágil e competitiva a implantação das zonas de processamento de exportação (ZPE), a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem projeto que altera a legislação para esses distritos de produção incentivada. As ZPEs foram criadas para estimular o desenvolvimento de regiões mais atrasadas. Apesar da previsão de mais de 20 ZPEs em todo o país, nenhuma foi implantada.

— As necessidades de desenvolvimento do Brasil clamam pelas ZPEs — disse Lídice da Mata (PSB-BA), autora do projeto (PLS 764/11).

A proposta permite, por exemplo, o aumento do percentual de venda de produção das ZPEs para o mercado interno de 20% para 40%. Para a autora, essa medida é essencial nas novas condições da economia internacional, após a crise de 2008. Ela afirma que, com o acirramento da concorrência, o país precisa incluir mais empresas no esforço exportador, e isso será possível com a redução do compromisso de exportar.

Outra modificação está sendo feita para assegurar que empresas prestadoras de serviços também possam se abrigar nas ZPEs. A inclusão do termo “serviços” vai deixar claro que o modelo brasileiro de ZPE não será mais voltado apenas para a criação de distritos da



Benedito de Lira (E) preside a Comissão de Desenvolvimento Regional



Autora do projeto, Lídice diz que o Brasil precisa de mais empresas exportadoras

indústria manufatureira, o que pode atrair mais empresas e impulsionar o potencial exportador do país.

O projeto busca evitar ainda que as autorizações para a criação de ZPEs sejam suspensas caso as obras de construção não se iniciem dentro do prazo de até dois anos desde a emissão do ato.

Pelo texto, a decadência da autorização deixa de acontecer se for apresentado “motivo justificado”. Empresas titulares de projetos aprovados podem ainda adquirir o direito de importar ou adquirir bens de capital no mercado interno, com os benefícios do regime, antes do alfandegagem da área pela Receita Federal.

## Vanessa: projeto pode diminuir empregos

O projeto segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas quase ficou pelo menos mais uma semana na CDR, já que Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pretendia pedir vista. Não fez assim porque cedeu aos apelos dos colegas, inclusive da autora e do relator, Wellington Dias (PT-PI), para deixar seus questionamentos para o debate na CAE.

Vanessa citou dispositivo que passa a permitir que empresa instalada em uma ZPE possa abrir filial em outra localidade ou participar de outra pessoa jurídica fora da ZPE. Para ela, isso pode permitir que a empresa beneficiada crie uma filial num estado rico, tirando empregos da região da ZPE. A senadora fez referência ao Polo Industrial de Manaus, antiga Zona Franca, que também recebe diferentes formas de subsídio. Para Lídice, a iniciativa seria sinal da inquietação entre defensores do Polo de Manaus, em virtude da emergência das ZPEs em todo o país.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que é relator de projeto de Jorge Viana (PT-AC) que também trata das ZPEs (PLS 526/11), mas defendeu o projeto de Lídice — a seu ver, de conteúdo mais abrangente.

### Principais pontos da proposta

O **percentual mínimo de exportação** cairá para 60%, mas o governo ainda poderá reduzir essa margem para 50%, no caso de empresas que desenvolvem *software* ou prestam serviços de tecnologia da informação. Pela regra atual, as empresas precisam destinar 80% de sua produção para o mercado externo

É autorizada a instalação de **empresas de serviços** dentro das ZPEs, distritos que hoje só podem receber empresas manufatureiras

Produto comercializado poderá ficar no país, mas ainda assim será considerado que houve exportação se a operação for fechada com **empresa sediada no exterior**

As ZPEs que não iniciarem **obras de construção** em dois anos, mas apresentarem “motivo justificado”, terão suas autorizações mantidas. Pelas regras vigentes, a autorização caduca se as obras não se iniciam dentro do prazo

Empresas titulares de projetos aprovados para implantação em ZPEs poderão importar ou adquirir bens de capital no **mercado interno**, com os benefícios do regime, antes da alfandegagem da área pela Receita Federal

Deixará de ser exigido valor mínimo para os **investimentos totais** das empresas investidoras em ZPE

## Ana Rita apoia plano de incentivo ao cooperativismo

O lançamento do Plano Estadual de Desenvolvimento do Cooperativismo, no Espírito Santo, foi elogiado por Ana Rita (PT-ES). A senadora afirmou que seu estado “dá ao Brasil o exemplo e faz do cooperativismo uma prioridade, facilitando o trabalho desses grupos com legislações específicas e planos e ações voltados para o desenvolvimento”.

De acordo com Ana Rita, o plano pretende que o cooperativismo se torne vetor do desenvolvimento regional sustentável e equilibrado, contribuindo para a redução da pobreza e das desigualdades socioeconômicas.

Integrante da Frente Parlamentar do Cooperativismo, a senadora lembrou que 2012 foi declarado pela ONU o Ano Internacional das Cooperativas. Ela pediu a aprovação do projeto de lei que introduz modificações no cooperativismo brasileiro, entre elas a redução do número mínimo de pessoas para a abertura de cooperativa (atualmente, 20).

Ana Rita aproveitou para parabenizar Lindbergh Farias (PT-RJ) pela celebração do Dia Internacional da



Senadora diz que, com o plano, Espírito Santo dá exemplo ao Brasil

Síndrome de Down, na véspera. Ela afirmou que a síndrome “tem cada vez menos caráter distintivo e cada vez mais constitutivo”, graças à maior presença das pessoas nos espaços sociais, devido à persistência das famílias em buscar seus direitos.

A senadora desatacou ainda o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, também comemorado em 21 de março. Ela informou que as pessoas negras ganham 57,4% dos salários pagos às brancas nas mesmas funções. Mesmo se têm 12 anos ou mais de estudo, elas ganham 69,8% a menos. Um jovem negro tem 140% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, acrescentou Ana Rita.

## Brasil não tem projeto de futuro, diz Lúcia Vânia

“O Brasil não tem projeto de futuro e os números da economia mostram que o país é algo bem distinto da máquina de crescimento que o governo tenta mostrar”, disse Lúcia Vânia (PSDB-GO). De 2009 a 2011, o crescimento do produto interno brasileiro (PIB) avançou apenas 3,3%, afirmou a senadora.

Ela alertou que a indústria de transformação era, ao final de 2011, 5,7% menor que no terceiro trimestre de 2008, quando começou a crise internacional. Ressaltou também que as exportações cresceram apenas 7% em três anos e que as importações “explodiram” no último trimestre de 2011 — 35% a mais que na crise de 2008.

Na média, disse ela, a taxa de investimento de 2003 ao terceiro trimestre de 2008 foi apenas 2,9% superior à de 1994 ao final de 2001.

— Será que estamos fadados a conviver com a necessidade de ficar torcendo pelo crescimento da China para garantir que os preços das *commodities* continuem a sustentar nosso saldo comercial? Será que o pré-sal tem que ser nossa única alternativa? — questionou.

## Benedito de Lira presta homenagem à empresa Braskem

A empresa Braskem, que atua no setor petroquímico, foi homenageada por Benedito de Lira (PP-AL). A unidade alagoana da empresa, fundada com o nome de Salgema, completou 35 anos em fevereiro.

O senador informou que, em Alagoas, a Braskem trabalha na exploração do solo, para a produção de soda e cloro. De acordo com Benedito, a empresa vai inaugurar mais uma unidade, ainda este ano, na cidade de Marechal Deodoro.

— A Braskem é uma parceira de primeira grandeza do desenvolvimento do estado, sem abrir mão da responsabilidade socioambiental. É a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas e trabalha dentro de padrões ecológicos que servem de referência para outras empresas — afirmou.

O senador também informou que, na segunda-feira, acompanhou o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em visita a Alagoas. Segundo Benedito, o ministro visitou as obras da transposição de águas do rio São Francisco para 49 cidades do interior do estado. Ele agradeceu a Bezerra e à presidente Dilma Rousseff pela atenção dada a Alagoas.

— Vamos mudar a paisagem do sertão — afirmou.



Senador também sugere grupo de trabalho com propostas anticorrupção

## Pinheiro destaca novos números da economia nacional

O líder do PT, Walter Pinheiro (BA), celebrou os novos números da economia brasileira. O senador citou a taxa de 5,7% de desemprego e disse que 90% das categorias de trabalhadores tiveram aumentos salariais acima da inflação. Para ele, os dados confirmam o acerto das medidas econômicas adotadas para evitar a crise econômica internacional.

O parlamentar destacou o crescimento da classe C. Segundo o senador, 60% dos consumidores do comércio eletrônico vêm dessa parcela da população. O líder do PT também afirmou ser preciso punir a corrupção “até as últimas consequências”. Ele sugeriu a criação de grupo de trabalho que reúna as propostas relacionadas ao combate ao desvio de recursos públicos que tramitam na Casa.



Eunício Oliveira fala de audiências que discutiram mudanças no ICMS

## Eunício quer solução para “guerra dos portos” entre estados

Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que a busca de entendimento prevaleceu nas audiências públicas desta semana sobre o projeto que uniformiza em todos os estados a cobrança de ICMS sobre bens importados (PRS 72/10).

Eunício ressaltou que as discussões ajudarão o Senado a encontrar solução que minimize as perdas e maximize os ganhos dos estados.

As audiências reforçaram a necessidade de impedir o agravamento do conflito fiscal entre os estados, disse Eunício, para quem o país precisa se unir contra a desindustrialização. Ao mesmo tempo, afirmou, deve-se compreender a situação dos estados que usam a baixa alíquota de ICMS para atrair investimentos, dando-lhes tempo para adaptação às regras previstas no projeto.

# CUT pede que rendimento do FGTS seja repartido entre trabalhadores

Destino dos recursos foi debatido em audiência pública no Senado; governo vê risco para programas como o Minha Casa, Minha Vida

MELHORAR A REMUNERAÇÃO das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem reduzir a capacidade de investimento em habitação, saneamento e infraestrutura.

Esse é o dilema dos que estão envolvidos no debate sobre as mudanças na distribuição dos resultados financeiros do fundo.

Ontem, o embaraço gerado por alternativas aparentemente excludentes ficou claro durante a primeira audiência pública da Subcomissão Temporária do FGTS.

Ex-representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Conselho Curador do FGTS, Jacy Afonso de Melo foi o único a defender sem reservas o projeto de lei (PLS 301/08) que estabelece a

distribuição da rentabilidade das aplicações do fundo entre as contas dos trabalhadores.

— Somos a favor de que uma parcela dos resultados do FGTS seja distribuída entre os trabalhadores, que são os cotistas do fundo. Nos últimos três anos, os trabalhadores entraram com R\$ 18,2 bilhões e o governo, com R\$ 4,8 bilhões, em recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida. É papel do Estado oferecer subsídios para corrigir distorções sociais, mas achamos que as mais bem melhor remuneradas — afirmou.

### Habitação

Apesar de não ver risco de desequilíbrio econômico-financeiro no fundo, o representante do Ministério do Trabalho, Paulo Eduardo Ca-

bral Furtado, acredita que essa proposta poderia prejudicar as obras sociais financiadas pela pasta.

Segundo observou, a política habitacional para a população de baixa renda só teve êxito com a alocação de subsídios, que em 2011 chegaram a R\$ 5,5 bilhões.

— Atualmente, o FGTS é fundamental para o sucesso do Programa Minha Casa, Minha Vida. A remuneração do fundo com um indicador diferente [o atual é a TR mais 3% de juros] vai ter impacto nos contratos habitacionais. Também deve haver um acerto entre o Conselho Curador, o governo e o Senado para que se busque o momento ótimo para vigência do projeto [PLS 301/08], que reputo adequado, mas que precisa ser nego-

ciado para não interromper uma política que vem dando certo — disse Paulo Furtado.

Posição semelhante foi externada pelo representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio José Cavalcanti de Azevedo:

— A classe empresarial apoiará o que for melhor para o trabalhador, ressaltando que o FGTS é um fator de equilíbrio social. O investimento em infraestrutura é essencial para que o Brasil se mantenha com a economia diferenciada em relação ao mundo. Fica a dúvida, portanto, sobre o que será efetivamente melhor para o trabalhador: usar parte do lucro para aumentar os saldos nas contas individuais ou manter tudo como está e usar os recursos para retroalimentar o sistema econômico.



Jacy Afonso, da CUT; Paulo Eduardo Furtado, do Ministério do Trabalho; senador Cyro Miranda; senadora Marta Suplicy e Flávio José de Azevedo, da CNI

## “Quando se pulveriza, não se atinge objetivo”, diz Wellington

Relatora da subcomissão, Marta Suplicy (PT-SP) concordou com o representante da CNI quanto à importância de aplicação do FGTS em obras de infraestrutura, considerando relevante ainda a necessidade de subsídio público para o trabalhador de baixa renda comprar a casa própria.

O presidente do colegiado, Cyro Miranda (PSDB-GO), queixou-se de que, toda vez

que se fala de correção das contas do FGTS, surge a alegação de que vai encarecer o financiamento habitacional:

— Entendo é que o governo está fazendo piquenique na sombra do trabalhador.

Wellington Dias (PT-PI) discorda da eventual ampliação das possibilidades de saque nas contas do FGTS:

— Quando se pulveriza demais, acaba não se atingindo objetivo nenhum.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou atuação mais firme do Ministério do Trabalho no combate à informalidade no setor de construção civil — o maior beneficiário das verbas do FGTS, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ana Amélia (PP-RS) acredita ser mais justo o governo arcar com o subsídio à habitação de baixa renda, e não retirá-lo do fundo.

Um novo debate sobre a distribuição dos resultados financeiros do FGTS será realizado na próxima quinta-feira, com a participação do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e do presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Antonio Oliveira Santos.

## Congresso cancela audiência com Tombini; líder nega disputa partidária

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), negou que o cancelamento da audiência pública que seria realizada com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, no Congresso tenha sido motivado por disputas partidárias ou descontentamento da base de apoio ao governo.

A audiência conjunta de comissões do Senado e da Câmara dos Deputados para ouvir balanço do presidente do BC sobre diretrizes, implementação e perspectivas das políticas monetária, creditícia e cambial estava marcada para a manhã de ontem.

Eduardo Braga disse que Tombini esteve na Comissão

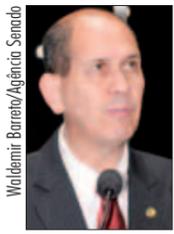
de Assuntos Econômicos (CAE) em 28 de fevereiro exatamente para fazer esse balanço. De acordo com o líder do governo, “não há problema algum” na base aliada no Senado.

O parlamentar atribuiu o cancelamento à ausência de “fatos novos” desde a última visita de Alexandre Tombini e à

falta de senadores em Brasília.

Em nota divulgada antes da entrevista de Eduardo Braga, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) explicou que a reunião não seria realizada “em virtude da falta de acordo das lideranças partidárias e do baixo número de parlamentares nas duas Casas do Congresso Nacional”.

## Anibal elogia mudança na Provinha Brasil



Anibal Diniz (PT-AC) registrou anúncio feito pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, de que vai promover

modificações na Provinha Brasil, que avalia o grau de alfabetização de crianças no 2º ano do ensino fundamental.

Ele informou que a Provinha Brasil acontece atualmente em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo, permitindo saber o que as crianças realmente aprenderam em termos de habilidades de leitura e escrita.

O novo formato que o MEC pretende adotar, continuou Anibal, deve ampliar a aplicação do exame, que deixaria de ser apenas uma amostra.

— A intenção é tornar essa avaliação universal já em 2013, em um esforço para que possamos ter todos os estudantes das séries iniciais plenamente alfabetizados — disse.

## MP que beneficia deficientes tranca a pauta

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/12, que beneficia pessoas com deficiência, permanece com prioridade de votação em Plenário por estar com prazo vencido. A proposta aguarda parecer do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), e perde a validade em 26 de abril.

Oriunda da Medida Provisória 550/11, a proposta autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras que financiem a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços da chamada tecnologia assistiva, destinados a pessoas com deficiência.

A subvenção ficará limitada a R\$ 25 milhões anuais, valor que poderá ser aumentado se houver previsão na lei orçamentária, conforme alteração da Câmara.

Presidente do Senado considerou um gesto natural da democracia o Congresso querer participar da elaboração da lei. Para ele, a Câmara chegará a uma solução e o evento não será prejudicado

# Sarney se diz confiante na votação da Lei da Copa

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, afirmou ontem estar confiante na aprovação da Lei Geral da Copa (PL 2.330/11) pela Câmara, que adiou o exame da matéria para a próxima semana.

— O governo vai cumprir com os compromissos que assumiu e, dentro do Legislativo, é natural que o Congresso queira participar. Isso é um gesto democrático. Eu tenho absoluta certeza de que vão encontrar uma solução muito rápida para não prejudicar a Copa — afirmou.

A votação na Câmara foi adiada porque partidos da base governista entraram

em obstrução na análise do primeiro requerimento de retirada do projeto de pauta. A oposição deseja atrelar a deliberação do texto à votação do novo Código Florestal (PL 1.876/99).

A falta de quórum para votar levou o presidente da Casa, deputado Marco Maia, a encerrar a sessão. Para que prosseguisse, era necessário o registro de, no mínimo, 257 votos no painel eletrônico.

### Divergências

O adiamento da votação da Lei Geral da Copa na Câmara é um sinal de divergências políticas na base de apoio ao

governo. Segundo o relator do projeto, deputado Vicente Cândido (PT-SP), a queda de braço entre governo e oposição envolve, além da polêmica sobre a venda de bebidas alcoólicas nos estádios, a escolha de uma data para votar o novo Código Florestal.

Na expectativa da votação, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marin, reuniu-se no Senado com o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

O presidente José Sarney voltou a garantir total prioridade ao projeto assim que o texto for enviado à Casa.



Para Jayme, grandes eventos devem servir para fomentar bons hábitos

## Jayme Campos quer a Copa como indutora do esporte

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o Brasil está perdendo a oportunidade de usar os grandes eventos esportivos que acontecerão no país nos próximos anos para incentivar os brasileiros a terem hábitos mais saudáveis.

— Refiro-me às indissociáveis relações entre sedentarismo, alimentação inadequada e falta de condicionamento físico, que têm levado grandes parcelas de brasileiros a quadros crônicos de cardiopatia e obesidade — explicou.

Para o senador, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos devem ser usados “para fomentar bons hábitos”, ampliar e incentivar a prática da educação física nas escolas e divulgar os benefícios da alimentação saudável.

Segundo ele, o sobrepeso atinge centenas de milhões de pessoas em todo o mundo e um terço dos brasileiros sofre com o problema, inclusive crianças e jovens em idade escolar.

— Precisamos de uma criteriosa revisão da disciplina educação física, com a adoção de campanhas de promoção à prática de esportes. E o momento não poderia ser mais oportuno do que o atual, em que todas as atenções se voltam à esses grandes jogos — ressaltou.

Para Malta, governo se curva a imposição da Fifa



## Magno Malta defende veto a venda de álcool nos estádios

Magno Malta (PR-ES) parabenizou a Câmara por adiar a votação da Lei Geral da Copa, que tem como um dos pontos mais polêmicos a liberação de bebida alcoólica nos estádios. Ele mencionou os custos para os hospitais e a Previdência Social decorrentes de doenças e acidentes causados pelo consumo de álcool.

— O problema do Brasil não é *crack*, não é cocaína. O problema do Brasil é bebida alcoólica. Aí estão os números numa sociedade absolutamente hipócrita, que se alcooliza — protestou o senador, dizendo que a venda de bebidas nos estádios, se mantida, não passará no Senado.

O parlamentar também criticou o governo por promover campanhas para prevenção do alcoolismo e divulgação da Lei Seca, ao mesmo tempo em que “se curva à imposição da Fifa” ao apoiar o texto que autoriza a venda de bebidas em estádios.

— O governo agora manda liberar a bebida alcoólica para contemplar os fabricantes, o mercado financeiro, os milionários que estão preocupados com seus helicópteros e suas coberturas e não com o bem-estar das pessoas.

## Humberto Costa relata combate a fraude na saúde

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o governo federal vem tomando medidas para aprimorar a gestão de recursos



da saúde. Para ele, todos os brasileiros ficaram indignados com a corrupção mostrada em reportagem que denunciou fraude em licitação de hospitais no Rio de Janeiro.

— São atitudes tristes e indecorosas que contribuem para destruir a imagem do serviço público, mesmos existindo muitos gestores corretos e empenhados — afirmou.

Segundo o senador, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal estão apurando o caso e o Ministério da Saúde suspendeu os contratos e vai realizar auditorias. Ele lembrou que o ministério já abriu 32 novas licitações para substituir prestadores de serviços após auditar 99 contratos firmados entre 2008 e 2010.

## Paulo Paim destaca datas comemorativas

Paulo Paim (PT-RS) registrou em Plenário as passagens do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, do Dia Internacional da Síndrome de Down e do Dia Mundial da Poesia.



— Esses temas acabam interagindo uns com os outros, porque o poeta é o inimigo da discriminação, é um defensor daqueles que têm a síndrome de Down — afirmou.

Ele ressaltou a importância da luta permanente no combate a todo tipo de preconceito e citou o poeta Castro Alves, autor de *O Navio Negreiro*.

Paim destacou ainda o lançamento do portal Movimento Down, “que pretende ser a referência para os que buscam um espaço de discussão sobre essa alteração genética”.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Na mesma reunião, senadores rejeitaram outro requerimento de Suplicy que solicitava ao governo cubano indulto a presos políticos

# Comissão pede fim de bloqueio econômico dos EUA a Cuba

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) decidiu, ontem, fazer apelo aos Estados Unidos para que suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba. Logo em seguida, no entanto, o colegiado rejeitou a proposta de solicitar ao governo de Cuba a concessão de indulto aos presos políticos que ainda estão nas cadeias daquele país e a autorização para que a blogueira Yoani Sánchez possa viajar a outras nações, como o Brasil.

As duas medidas foram sugeridas em requerimentos de Eduardo Suplicy (PT-SP) e receberam o apoio de Pedro Simon (PMDB-RS), relator em ambos os casos. Durante a votação, porém, apenas o primeiro requerimento foi

aprovado. Na votação do segundo, dos dez senadores presentes, apenas três — Suplicy, Simon e Ana Amélia (PP-RS) — manifestaram-se pela aprovação.

Ao defender os dois requerimentos, Simon criticou a manutenção do embargo econômico a Cuba, que se mantém por mais de 50 anos. Ao mesmo tempo, o relator considerou justo pedir a Cuba que “avance no sentido das liberdades”, permitindo a entrada e a saída de cidadãos cubanos do país e a libertação de prisioneiros políticos. Ele considerou interessante que os dois requerimentos fossem votados ao mesmo tempo.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a aprovação

apenas do primeiro requerimento. Para ela, o bloqueio econômico a Cuba pode ser considerado um “atentado aos direitos humanos”, por prejudicar a população do país. Por outro lado, perguntou quem estaria financiando o trabalho da blogueira Yoani Sánchez e criticou a proposta de Suplicy para que o governo cubano libertasse os prisioneiros políticos da ilha.

— Respeito Cuba e não gostaria que entrássemos em questões internas do país.

O mesmo argumento foi utilizado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para quem os dois requerimentos tinham naturezas diferentes. Segundo ele, o Senado estaria “invadindo a soberania cubana” ao dizer

àquele país quem deve ou não permanecer preso.

Simon argumentou, por sua vez, que a aprovação simultânea dos dois requerimentos estaria no contexto de uma proposta de “pacificação geral” nas relações entre EUA e Cuba. Suplicy também pediu a aprovação das duas propostas.

— Nos Estados Unidos dizem que, se Cuba der sinais de maior liberdade, vão acabar o embargo mais rapidamente. O embaixador de Cuba não responde mais a meus telefonemas, mas faço isso como amigo do povo cubano — disse Suplicy.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), previu que a aprovação do segundo requerimento poderia se tornar uma “mensagem mal entendida pelo governo cubano”. O pedido, na opinião dele, poderia distanciar o Brasil de Cuba e dificultar o diálogo entre os países. Da mesma forma, Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que o texto de Suplicy poderia ser visto como uma intromissão em assuntos internos de Cuba.

O requerimento aprovado pede ainda aos EUA que libertem cinco cubanos presos em seu território, acusados de espionagem, além do fechamento da base militar de Guantánamo.



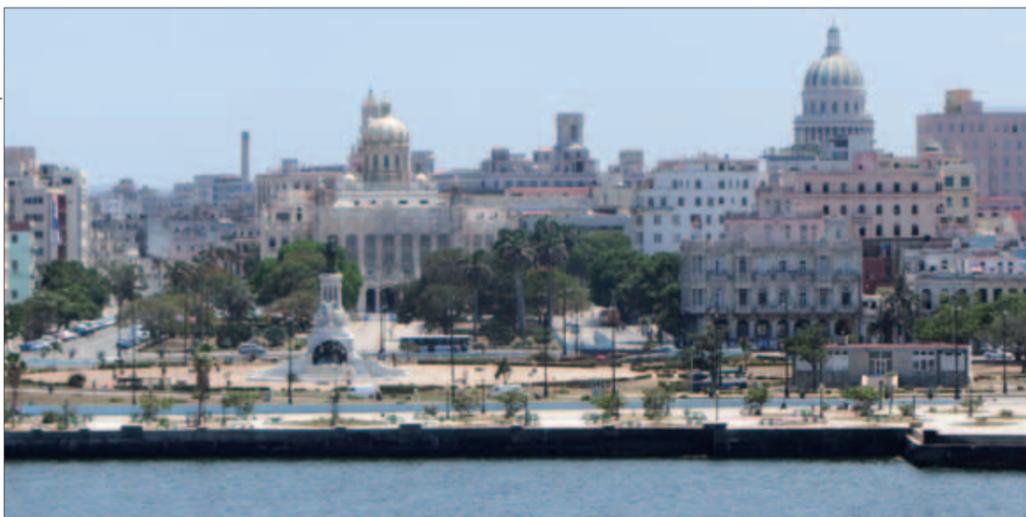
Senador diz que falta proteção nas fronteiras da Amazônia

## Mozarildo: é preciso valorizar servidor que atua nas fronteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ontem ter enviado à presidente Dilma Rousseff ofício com reivindicações de entidades representativas de servidores públicos para tratar do trabalho nas fronteiras do país. A principal reivindicação é o pagamento de uma indenização que incentivaria o trabalho nessas áreas.

O texto é assinado por representantes de entidades de policiais federais, analistas tributários da Receita Federal e policiais rodoviários federais, que planejam mobilização para o dia 29.

Mozarildo avalia que a situação nas fronteiras, especialmente da Amazônia, é “lastimável”. Segundo ele, o governo falha na proteção da Amazônia, que está sendo mantida como uma reserva estratégica para os países ricos.



Vista de Havana, capital de Cuba: embargo econômico e comercial imposto ao país pelos EUA já dura 50 anos

## Acordos sobre acesso a informação pública devem ser revistos

A CRE resolveu sobrestar a tramitação de três projetos de decreto legislativo (PDLs) — 238/11, 240/11 e 290/11 — referentes à aprovação de acordos firmados pelo Brasil com a Espanha, a Guiana e o Kuwait. Por sugestão do relator dos três projetos, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), os acordos, que tratam do acesso a informações públicas, deverão ser renegociados, para que possam ser adaptados à nova regulamentação sobre o tema (Lei 12.527/11), aprovada ano passado.

— Esses acordos de cooperação foram negociados e assinados antes do advento da Lei 12.527, que regula o acesso a informações. Não podemos emendar os acordos, e a opção seria a rejeição. Por isso, estamos sugerindo à comissão a fórmula de sobrestamento do estudo desses projetos até que os acordos sejam renegociados pelo governo — afirmou Aloysio Nunes.

## Embaixadora defende livre comércio entre Mercosul e Jordânia

A conclusão das negociações para a criação de área de livre comércio entre o Mercosul e a Jordânia poderá representar um “importante sinal político em direção ao mundo árabe”, disse ontem a ministra de segunda classe Renate Stille, cuja indicação para o cargo de embaixadora em Amã foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores.

Nos últimos anos, as relações comerciais do Brasil com a Jordânia se intensificaram com a compra de aviões da Embraer pela Royal Jordanian Airlines. O intercâmbio alcançou US\$ 221,8 milhões em 2010, dos quais US\$ 220,3 milhões se referem a exportações brasileiras.

A embaixadora — cuja indicação foi relatada por Ana Amélia (PP-RS) — observou que, desde 1994, quando foi firmado acordo de paz com Israel, a Jordânia “emergiu como força moderada na região”:

— A Jordânia é uma ilha de estabilidade em região volátil.

## Aprovados novos embaixadores na Ásia e no Caribe

A CRE aprovou também as indicações do ministro de primeira classe Marcelo Leonardo da Silva Vasconcellos e do ministro de segunda classe Michael Francis de Maya Monteiro Gepp para as embaixadas, respectivamente, no Sri Lanka, na Ásia, e em São Vicente e Granadinas, no Caribe. Os relatores foram Sérgio Souza (PMDB-PR) e Mozarildo

Cavalcanti (PTB-RR), *ad hoc*.

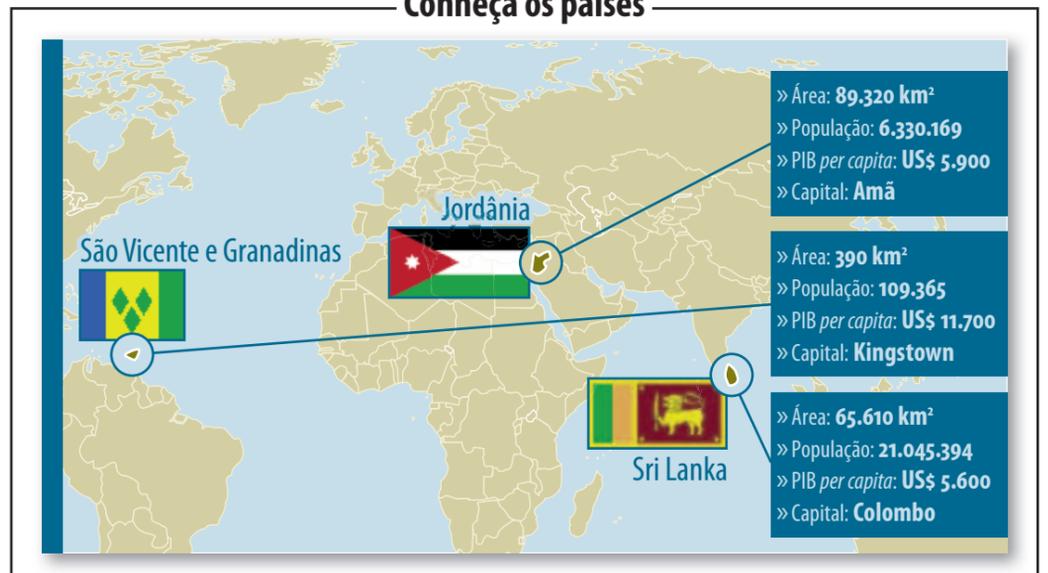
Vasconcellos afirmou que o Sri Lanka tem obtido altas taxas de crescimento, acima de 8% ao ano, desde que o governo conseguiu derrotar a insurgência tâmil, que pretendia criar um Estado independente em parte do território. Segundo ele, as relações do Brasil com Sri Lanka se fortaleceram a partir do fim de 2007, quando

foi reaberta a embaixada brasileira em Colombo.

Por sua vez, Gepp recordou o voto favorável de São Vicente e Granadinas à candidatura do brasileiro José Graziano para a direção do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

— O voto adotado por São Vicente seria seguido por outros países do Caribe — recordou.

### Conheça os países



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Debate realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos para instruir projeto sobre o tema mostrou que o governo quer discutir melhor a proposta por entender que ela pode prejudicar a política de desarmamento

## Porte de arma para agente público não tem consenso

O PRESIDENTE DA Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais (Fojebra), Paulo Sérgio da Costa, defendeu ontem, no Senado, o porte de armas para a categoria e para outros agentes públicos que enfrentam perigo na função.

O assunto foi discutido em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/07, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).

A proposta visa permitir o porte de arma para auditores fiscais do Trabalho, audito-

res tributários dos estados e do Distrito Federal e de perícia médica da Previdência Social, assim como para oficiais de Justiça, defensores públicos e avaliadores do Poder Judiciário da União e dos estados.

Ao defender o porte para oficiais de justiça, Paulo Sérgio da Costa disse que os profissionais estão vulneráveis, pois atuam, na maioria das vezes, sozinhos. Ele explicou que

os oficiais estão sujeitos a risco quando cumprem ordem judicial em presídios, invasões de terras e diante de menores infratores, por exemplo. Também enfrentam perigo, afirmou, para cumprir a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), quando precisam afastar do lar pessoas bêbadas, drogadas ou com perfil agressivo.

Na opinião do secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, deve haver critérios objetivos na autorização do porte a agentes públicos, para não prejudicar a política de desarmamento da população.

Pereira informou que, só em 2011, foram recolhidas 37 mil armas, período em que, disse, houve inegável redução de homicídios. O representante do ministério avalia que o projeto tem grande amplitude e precisa ser bem discutido.

O debate de ontem na CDH foi realizado por sugestão do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

### Usar arma é um direito humano, diz debatedor

O porte de arma é um direito pátrio, natural, humano e individual para a legítima defesa. O argumento é de Bené Barbosa, presidente da organização não governamental Movimento Viva Brasil. Em sua opinião, não cabe ao Estado interferir e impedir que o cidadão use arma para se proteger.

O advogado Rudi Cassel ressaltou que, em muitas circunstâncias, o oficial de Justiça precisa cumprir cerca de 30 ordens judiciais por dia, mesmo sem proteção policial. O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Pedro Delarue Tolentino Filho, observou que a categoria pode portar arma e que, em 40 anos, nunca houve um acidente.

Sérgio Torres, assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, ponderou que a arma não protege o agente público, pois, em seu ponto de vista, é um instrumento de ataque e não de defesa.

**Projeto permite o porte para várias categorias de servidores, como oficiais de Justiça**



Tolentino, Barbosa, Cassel, senador Davim, Costa, Pereira e Torres: debates sobre porte para servidores vão continuar

## Marta comemora prisão de responsáveis por site que incitava ódio racial e homofobia

Marta Suplicy (PT-SP) elogiou a Operação Intolerância da Polícia Federal, com apoio da Secretaria de Direitos Humanos e do grupo ABGLT pela prisão de incitadores do ódio e da homofobia.

Emerson Eduardo Rodrigues, de Curitiba, e Marcelo Valle Silveira, de Brasília, foram acusados de manterem um site com conteúdo discriminatório. A senadora disse esperar que eles passem "um belo tempo na cadeia". O site foi denunciado por internautas ao Ministério Público e à ONG Safernet, onde

bateu o recorde de denúncias de cidadãos: quase 70 mil.

Marta reforçou sua preocupação com a incitação à violência. Lembrou que, em 11 e 15 de março, um atirador matou três soldados muçulmanos, um rabino e três crianças judias em em Toulouse, na França. Para Marta, a proximidade da eleição presidencial francesa, que será em 22 de abril, também estimula atentados. Segundo ela, o candidato à reeleição, Nicolas Sarkozy, tem se mostrado mais conservador, e isso criou clima contrário aos imigrantes.

### Comissão do Código Penal debate crimes contra a administração

A comissão de juristas que trata da reforma do Código Penal realiza audiência hoje sobre os crimes contra a administração pública. O debate começa às 9h, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

Uma das mudanças em avaliação é abolir alguns crimes do código atual, como o de desacato contra funcionário público no exercício da função.

## Alvaro Dias questiona nomeação temporária de diretores para a ANTT

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou que pretende apresentar projeto para anular o decreto da presidente Dilma Rousseff que conferiu ao ministro dos Transportes prerrogativa para nomear diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

—A nomeação é provisória, mas não está estabelecido em que tempo se esgotará — afirmou o parlamentar.

O senador disse ter certeza de que seu projeto de decreto legislativo não será aprovado, "mas servirá para que o ato do governo seja visto, combatido e denunciado".

O PSDB e o DEM já haviam anunciado que ingressa-

riam com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ato do governo, realizado em seguida à retirada dos nomes indicados para sabatina na Comissão de Infraestrutura (CI).

Alvaro Dias avaliou que o governo usurpou a competência privativa do Senado de aprovar, ou não, as indicações para diretorias das agências reguladoras e afrontou a prerrogativa exclusiva dos senadores de sabatar os indicados.

— Isso demonstra que há ausência de planejamento e de previsibilidade no governo, que decide sempre no último momento, não antevê o fato.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Simon pede que Dilma não fique "refém de partidos" ao fazer escolhas para cargos

O Brasil está vivendo um momento muito triste, com desvios de verbas no setor da saúde, disse Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador aconselhou a presidente Dilma a escolher os melhores técnicos para os cargos do governo e não ficar "refém de partidos".

Simon elogiou matéria exibida pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, que mostrou representantes de empresas tentando fraudar uma licitação no Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também comentou a rejeição, pelo Senado, do nome de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor da Agência

Nacional de Transportes Terrestres. A razão, segundo ele, foi que os senadores não o consideraram apto para o cargo, com base em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Mesmo assim, disse

Simon, a imprensa publicou que foi uma retaliação do Senado à presidente.

O senador ainda elogiou a escolha dos nomes da comissão de especialistas incumbida de debater

e propor um novo pacto federativo. Simon sugeriu "que cada notável que ocupar um cargo no colegiado tenha um senador como suplente".

— É uma forma de o Senado participar desse debate — propôs.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Capiberibe cobra resultados de operação da PF

João Capiberibe (PSB-AP) fez apelo, em Plenário, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Federal para que agilizem os processos sobre desvios de recursos de seu estado, apontados pela Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, em setembro de 2010.

O senador disse ter encaminhado aos dois órgãos requerimento de informações sobre o resultado das denúncias. Na ocasião, informou, foram presos o então governador Pedro Paulo, o governador anterior, Waldez Góes, o prefeito de Macapá, Roberto Góes, e outras autoridades.

## Líder do PMDB, Raupp lembra os 46 anos da sigla

O presidente do PMDB, Valdir Raupp (RO), comemorou o aniversário do partido, que completa 46 anos amanhã. Em sua avaliação, o PMDB foi protagonista de "uma das mais bem-sucedidas transições democráticas de que se tem notícia".

— O PMDB é uma agremiação política que, como nenhuma outra, resume a história da luta democrática travada contra a ditadura imposta pelo golpe de 1964.

A legenda tem 2,4 milhões de filiados, 1.175 prefeitos, cinco governadores, 150 deputados estaduais, 80 deputados federais e 19 senadores.



Moraira Moriz/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado